

**O TERROR COMO SUBVERSÃO:
etnografia das narrativas produzidas por jovens
do Distrito Federal brasileiro¹**

***SUBVERSIVE TERROR:
ethnography on fictional narratives by young
public high school students from Brasília***

Antonadia Borges*

Resumo

Tomando como mote os debates contemporâneos em torno da redução da maioria penal e da proibição da chamada ideologia de gênero nas escolas públicas do Distrito Federal, recupera-se, neste texto, o trabalho etnográfico com estudantes de Ensino Médio, realizado no âmbito do projeto *Um Toque de Mídias*, voltado para uma aproximação entre a universidade e a escola pública. Os roteiros para cinema produzidos trazem o *terror* como gênero narrativo privilegiado para contar a história local, do ponto de vista dos jovens. Acreditamos que esta saída estética com traços paranormais desafia as abordagens analíticas entronizadas por gerações mais velhas, voltadas para a captura do que fazem e vivem os jovens de maneira literal e unívoca.

Palavras-chave: Etnografia. Juventude. Brasília. Terror. Gênero narrativo.

Abstract

Contemporary debates on reducing age of criminal responsibility and prohibiting the so-called gender ideology in the public schools frame this ethnographic work conducted among high school students living in the capital city of Brazil. Throughout the extension project called *Um Toque de Mídias*, gaps and proximities between local public universities and local public schools have been discussed through audio-

¹ Agradeço às organizadoras deste dossiê e aos pareceristas anônimos pela oportunidade de diálogo e, a todas as pessoas com quem trabalhei no projeto *Um Toque de Mídias*, muito especialmente a Adirley Queirós, Breitner Tavares, José Rosa *in memoriam* e Sayonara Leal. Sou igualmente grata às minhas amigas e colegas Diana Milstein e Regina Coeli Machado, com quem venho nutrido ricos debates sobre crianças e escolas. Dedico este ensaio a quem frequentou meu curso sobre *Etnografias em contextos escolares* na Universidade de Brasília e às professoras e aos professores e estudantes das escolas que nos receberam, sem os quais essas reflexões não existiriam.

* Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) e professora da UnB, Departamento de Antropologia, Brasil. E-mail: antonadia@uol.com.br

visual products like producing short films. In three screenplays written by young students participating in the project, terror was the narrative form adopted. Based on workshops aimed to build local history from a youth perspective, these scripts raise urgent issues like youth incarceration, segregation, racism, and gender prejudice, among others. Established analytical frameworks that made sense to previous generations are challenged by these narratives of non-referential concerns.

Keywords: Ethnography. Youth, Brasilia. Terror. Narrative genre.

Apresentação

Quem não vive em Brasília, normalmente associa a cidade ao Plano Piloto e à sua instauração como nova capital do País, por Juscelino Kubitschek, em 1960. Quem vive em Brasília, no entanto, convive com esta história oficial como uma mácula que cobre sua própria história, não raro alheia à grande narrativa. Os jovens, especialmente, lidam ainda com o que poderíamos chamar uma história oficial duplicada, para a qual se soma a migração de seus pais ou avós para o Distrito Federal – não raras vezes desconhecida em detalhes, mas invariavelmente acionada em seus traços mais heroicos e triunfalistas. A despeito da diferença em termos de sentido e sensibilidade entre as narrativas domésticas da busca do eldorado modernista e aquelas trazidas normalmente nos livros escolares que chegam até suas salas de aula, é possível dizer que ambas se distanciam enormemente da experiência de uma geração de jovens nascida no Planalto Central, em cidades consideradas periféricas ou satélites e que frequentam escolas públicas de Ensino Médio.

As considerações que faço neste artigo apoiam-se em reflexões nascidas de um processo de pesquisa que teve lugar em escolas de Ensino Médio do Distrito Federal entre os anos de 2011 e 2014, com jovens e professores da rede pública. O projeto de pesquisa e extensão *Um Toque de Mídias* foi contemplado com recursos do edital novos talentos da Capes, que visava “a inclusão social, [...] o desenvolvimento da cultura científica [e o] aprimoramento e a atualização de professores e alunos da educação básica”. Retrospectivamente, é possível dizer que tive duas motivações para me engajar nesse projeto. A primeira se relacionava ao fato de ter feito pesquisa em uma cidade do Distrito Federal (DF) para minha tese de doutorado, na qual dediquei pouca atenção analítica a quem tanto me ofereceu em meu trabalho de campo: as crianças e os jovens. A rica e intensa experiência no Recanto das Emas teve suas arestas aparadas em torno de um tema de suma importância para meus anfitriões: o Tempo de Brasília. Esta categoria, que povoava as bocas, os sonhos e as políticas habitacionais do governo local naquela época, dizia respeito a um emaranhado complexo, para o qual contribuía diversos fios, dentre os quais a persistência das famílias em, ao longo de ao menos cinco anos residir, no DF sem casa (em barracos, em invasões, em fundos de lote, de aluguel) para se tornar legítima pleiteante de uma moradia (BORGES, 2004). Na corrida por um lote, as crianças que nasciam nas invasões, nos barracos, e que com o passar dos anos inseriam-se na vida política local, cientes à sua maneira dos investimentos que seus pais e elas mesmas faziam para ter um teto sobre suas cabeças, tinham crucial importância. Em minha tese, tratei muito tangencialmente dessas crianças, ou seja, a despeito de sua intensa

interferência em meu aprendizado sobre o que se passava, apaguei-as dos meus registros e reflexões, como fazemos normalmente em estudos adultocêntricos, voltados para aquilo que “pessoas de fato” fazem ou nos dizem (MILSTEIN, 2006, 2008; SZULC, COHN, 2012). Foi apenas em 2007, quando regresssei ao Recanto das Emas, que as crianças e os jovens se tornaram protagonistas em meu trabalho etnográfico. Em uma ocasião, ao lerem meu livro na escola, muitos deles tiveram o impacto de descobrir uma história desconhecida, vivida por seus pais e avós, que para eles mesmos, no entanto, não fazia muito sentido. Para sua surpresa, ao chegar em casa e conversar com suas famílias, descobriram que aquela narrativa etnográfica encontrava ressonância na geração mais velha. O livro falava dos adultos, e os adultos se reconheciam naquele estudo. No entanto, naquele momento de discussão coletiva, os jovens, como eu mesma, perguntavam-se aonde havia ido parar a experiência desses meninos e meninas que nasceram no DF e que, não raras vezes, cresceram em invasões desmanteladas pelos aparatos policiais do Estado. Por que razão essas crianças tinham praticamente desaparecido da narrativa?

Certa feita, uma resposta possível para essa indagação nos interpelou de maneira para todos nós inaudita. Enquanto brincavam no meio da rua de construir uma cidade, alguns meninos tornavam patente seu conhecimento dessa história local sublimada. Indicando-nos a quê cada um dos edifícios de sua cidade de brinquedo se destinava, mostraram-nos que nem tudo o que ali estava existia de fato. O cinema, uma grande piscina e o hospital eram obra de sua fantasia e desejo (TOREN, 2010). Já o edifício da Terracap (Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal), sinalizado com um letreiro, correspondia a um órgão do governo sem o qual a cidade – aquela onde brincam – tampouco existiria. Esses meninos tinham por volta de oito anos de idade e sabiam nomear não apenas este, mas muitos organismos públicos, explicitando seu profundo conhecimento das ramificações institucionais do Estado e a infiltração deste em seus cotidianos (BORGES; KAEZER, 2011).

A segunda motivação para retomar a pesquisa, desta feita com os jovens, relacionava-se ao meu cotidiano como professora da Universidade de Brasília (UnB), que, coincidentemente, desde minha contratação, adotara políticas de cotas raciais e regimes diferenciados de seleção para além do tradicional vestibular. Causava-me incômodo o abismo que separava muitos dos debates que nutríamos dentro da universidade sobre os rumos das políticas de cotas e as percepções que estudantes e professores de escolas públicas locais tinham dessa mesma instituição de ensino. Naquela altura, pareceu-me imperioso entender como, em muitas das escolas que frequentei ou que conheci por intermédio dos relatos de pesquisa de estudantes que comigo trabalhavam, o ingresso na UnB não era acalentado, porque se acreditava tratar-se de uma universidade paga e muito cara. O contato com os estudantes de Ensino Médio tornou patente uma falta de interlocução entre as pessoas que dentro da universidade aventavam possibilidades de ampliar o ingresso de estudantes historicamente desprivilegiados e esses mesmos estudantes, que traduziam sua exclusão *a priori* daquele espaço elitizado com a figura fictícia, mas absolutamente reveladora, da alta mensalidade. Para além deste tema, outro mais ardiloso dizia respeito às cotas, e mais especialmente às cotas raciais (VALENTIM, 2012). Não foram raras as ocasiões em que, em conversas despreziosas ou em debates mais

formais, escutamos estudantes que se reconheciam como negros afirmando que jamais se inscreveriam para concorrer a uma vaga pelo sistema de cotas porque seriam eternamente acusados de ter entrado na universidade pela porta dos fundos.

Com essas inquietações advindas da retomada de minha tese de doutorado e de minha experiência contemporânea como docente, terminei por constituir com estudantes da graduação e alguns outros colegas (alguns acadêmicos, vinculados a outros departamentos, e outros externos à universidade, como um fotógrafo, um cineasta e uma professora de escola pública) o projeto *Um Toque de Mídias*. Ao longo de duas edições, fizemos intervenções em diversas escolas e trouxemos grupos de professores e alunos para dentro da universidade. Nossos encontros visavam à transmissão de técnicas de pesquisa em ciências sociais e de produção audiovisual que, conjugadas, supostamente serviriam de suporte para que docentes e estudantes constituíssem narrativas sobre suas histórias e para que, no processo, pudéssemos (nós da universidade e nós das escolas) conhecer-nos mutuamente.

As oficinas para professores e para estudantes em separado e para os dois grupos em conjunto eram o palco para que compartilhássemos as mencionadas técnicas de pesquisa, e também ocasião para que todos os participantes conhecessem facetas de suas vidas, nem sempre exploradas em seu contato cotidiano. Às diversas abordagens que utilizamos para que as histórias emergissem, correspondiam produtos distintos. Para a peça teatral, fizemos diversos exercícios de composição de autobiografia. Para as telas em óleo foi importante explorar traços estéticos marcantes das cidades e dialogar com a imagem a ser produzida em função dos retratos mais corriqueiros – usualmente violentos e lúgubres – sobre esses mesmos lugares, quando produzidos por olhares do Plano Piloto. Um movimento similar se deu para a realização da exposição de fotografias artesanais, produzidas com a técnica *pinhole*, que, por definição, exige a composição prévia da cena ou narrativa a ser fotografada e a espera adequada para a exposição e, posteriormente, o cuidadoso trabalho de selecionar, dentre as diversas fotografias, as mais apropriadas para a composição de uma narrativa imagética sutil, capaz de mostrar o que em geral se oculta dessas mesmas cidades, e, muito especialmente, dos jovens que nelas vivem. Em uma ocasião, quando tratamos das memórias de infância, foram os brinquedos trazidos pelos presentes o fio condutor para a reconstituição de um fragmento do passado – registrado em fotografia, poesia e prosa. Como não poderia deixar de ser, dados os recursos digitais à mão (como telefones celulares), as oficinas de audiovisual despertaram mais fortemente o interesse tanto de estudantes quanto de professores. Entretanto, quando colocamos o projeto nos trilhos, nem todos ficaram satisfeitos com a divisão do trabalho em funções até então desconhecidas por muitos, como o som, por exemplo, a que deveriam se dedicar para aprender as técnicas específicas. Ainda assim, a despeito de frustrações e desistências, as equipes se constituíram e, dos vários encontros, destaco, para os propósitos do presente texto, aqueles em que nos dedicamos a produzir um roteiro a ser filmado.

Como dito, as oficinas eram eventos esporádicos. Entretanto, entre uma oficina e outra, os pesquisadores juniores do projeto (na sua maioria, mas não exclusivamente, estudantes de graduação da Universidade de Brasília), reuniam-se com os jovens das escolas para se conhecerem mais de perto. Nesses encontros, quase

diários, assuntos de diversas ordens emergiam, e não raras vezes era sobre tais temas – a violência na escola, os namoros e amores, a necessidade de arrumar um emprego ou estágio, o sonho e o pesadelo do vestibular, as expectativas em relação às famílias e vice-versa – que se voltava a falar nas oficinas semanais.

No caso específico das oficinas de audiovisual, a despeito da minúcia com que os roteiros deveriam ser tratados para se tornarem factíveis, em um primeiro momento a imaginação rolava solta. Nossa intenção como coordenadores do projeto continuava sendo a de produzir narrativas sobre a história desses jovens em suas cidades e em suas escolas. A técnica audiovisual vinha azeitando uma premissa fundamental do projeto, segundo a qual todas as pessoas são pesquisadoras porque estão a todo tempo formulando hipóteses, fazendo conjecturas, comparações, experimentos, aventando teorias (BORGES, 2009). Nosso método, portanto, apostava em uma relação especular ou simétrica entre o que fazem os antropólogos e as pessoas com quem pesquisamos. Fazendo pesquisa, isto é, realizando entrevistas, fotografando, elaborando diários, vasculhando arquivos, os estudantes das escolas onde pesquisamos fizeram emergir diversos temas que gostariam de ver na tela. Diferentemente do que poderíamos supor, no entanto, em suas propostas, o cânone realista da etnografia acabou sendo implacavelmente subvertido (STRATHERN, 1987). Para lidar com suas histórias complexas, confusas, surreais, apostavam em narrativas igualmente fora do comum, extraordinárias. Parecia-lhes extremamente enfiado falar de suas vidas como elas eram. Em geral, apostavam em hipérboles, em metáforas, em criativos subterfúgios para conferir ao que diziam um poder de impactar quem lhes escutava, retirando da pasmeira ouvidos habituados a perceber a juventude da periferia a partir de uma única estética (e ética): a da fatalidade da violência.

Por meio da eleição do gênero terror, em ao menos três situações, sobre as quais falarei mais adiante, os jovens das escolas onde pesquisamos produziram narrativas alheias à referencialidade, extremamente pungentes em termos de esclarecimento sobre a forma reticular em que suas questões de vida se inserem e se transformam (GLOWCZEWSKI, 2013). No texto que segue, tratarei de aventar algumas dessas questões que vêm à tona por meio de uma abordagem avessa à interpelação que supõe serem as pessoas com quem pesquisamos *informantes* passivos, prestes a nos dar informações que devemos levar ao pé da letra, cujos significados seriam transparentes ao nosso senso comum, tendo em vista sua posição de classe subalterna (BORGES et al., 2015). O que os jovens com quem fizemos pesquisa nos ensinaram, em termos epistemológicos, resulta de uma política ontológica cujo *leitmotiv* poderia ser assim sintetizado: para terror, terror e meio.

De forma não referencial, e, portanto, avessa ao estabelecimento de cadeias de causa e efeito, começarei por mencionar uma história de terror que de forma fluida circula por todos os canais de nossa existência presente: a redução da maioridade penal e como tal discussão se insere na tessitura do DF e na experiência de seus jovens. Em seguida, apresento três dos roteiros produzidos pelos jovens que participaram das oficinas de audiovisual por nós ministradas. Marcados pelo terror, esses roteiros explicitam, respectivamente, as múltiplas orientações religiosas, sexuais e de gênero, e políticas desses jovens. Orientações que se faziam notar, mas

que também se transformavam constantemente, tanto nas oficinas propriamente quanto no convívio cotidiano entre os bolsistas do projeto e os estudantes de Ensino Médio, porém também entre os próprios estudantes de Ensino Médio. Por fim, teço comentários sobre o terror como saída narrativa surreal adequada para lidar analiticamente com temas que escapam da perspectiva realista com que a antropologia – especialmente aquela cujos trabalhos de campo desenrolam-se em cenários ditos periféricos – habituou-se a corroborar.

Subversão narrativa

No ano de 2015, todos nos deparamos com o debate sobre a redução da maioria penal. Dada como certa, a reforma na atual legislação era defendida por aqueles interessados na penalização de jovens entre 16 e 18 anos que, até aquele momento, eram sentenciados à privação de liberdade em regime socioeducativo. Os apoiadores ou detratores de tal mudança tinham motivações variadas. Embora em campos opostos, muitas dessas razões se articulavam em torno de temas comuns, encarados de forma antagônica.

Para os propósitos deste artigo, quero mencionar o fato de que no ano de 1990, pela primeira vez após a ditadura militar, elegeram-se também deputados, dentre os quais o federal Benedito Domingos, que em 1993 propôs a emenda à Constituição em debate no ano de 2015: a PEC 171, que “altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)” (BRASIL, 1993). Se o deputado caiu no caso, especialmente depois de ter sido condenado por corrupção no que ficou conhecido como Operação Caixa de Pandora, deflagrada pela Polícia Federal em 2009, a proposta de emenda constitucional por ele apresentada ganhou fôlego ao longo das últimas duas décadas, voltando a ser pauta no plenário da Câmara dos Deputados.

No presente texto nos restringiremos a tocar em um desses tópicos articulados na disputa entre os que defendem e os que abominam a proposta de reduzir a idade necessária à transformação de jovens em adultos a serem encarcerados: o terror. O terror impetrado por jovens contra as pessoas ditas de bem é trazido à tona como uma das justificações para reduzir a idade mínima exigida para punir quem comete crimes classificados como hediondos. O rendimento desse debate tem sido demonstrado em diversos fóruns e publicações; não sendo esse o foco de nosso interesse neste artigo, nos limitaremos a somente indicar tal enfoque. Nosso objetivo, nesta ocasião, é tratar do terror experimentado do ponto de vista dos jovens que vivem atualmente em cidades periféricas do Distrito Federal brasileiro, em especial daqueles que conhecemos ao levar a cabo o projeto de pesquisa e extensão *Um Toque de Mídias*.

O tratamento dominante dado à juventude em nosso País coloca-a em posição de, mesmo quando não totalmente tutelada pelo Estado, estar necessariamente sob seu domínio, ao seu alcance. O avesso institucional do encarceramento em penitenciárias ou em instituições do chamado sistema socioeducativo é a escola. No Brasil, estabeleceu-se, nas últimas décadas, uma aposta generalizada na escola

como espaço de salvação para a juventude (WILLIS, 1991). A história desse projeto de construção da nação tem profundas e diversas raízes. No entanto, para as mais recentes guinadas políticas nessa direção têm sido considerados fundamentais os recentes programas de transferência de renda como o Bolsa Família, que exigem como contrapartida dos beneficiários, dentre outras condicionalidades, a frequência escolar das crianças (AHLERT, 2013). Embora a necessidade de ir para a escola venha a substituir a necessidade de trabalhar, não é de interesse do poder público que as atividades sejam dessa maneira tornadas equivalentes (mesmo com sinais de moralidade invertidos, ou seja, positivo para a escola e negativo para o trabalho dito infantil). Tal política pública se ampara na premissa utilitarista de que ao receber o recurso financeiro do governo, nem os adultos nem as crianças das famílias beneficiadas se sentirão inclinados a abandonar a escola em função da necessidade de trabalhar para se sustentar. O tema excruciante da desigualdade é tratado aqui por meio de um subterfúgio que transfere ao indivíduo beneficiário (normalmente às mães) a tarefa de afastar suas crianças do trabalho (SANTILLÁN, 2012). Trabalho infantil e trabalho escravo são categorias associadas diretamente à falta de civilidade, rechaçadas não por serem exatamente contraproducentes, mas por serem vexaminosas. O que estaria em jogo para as mães não deveria ser o aporte financeiro dado pelo programa, mas o exercício de uma almejada lógica mais razoável.

A atividade criminosa entendida como trabalho constitui um dos grandes obstáculos enfrentados por essa ideologia orientadora de políticas públicas baseadas na aposta em uma razão prática e ao mesmo tempo em uma moralidade, por assim dizer, humanitária. Embora possa ser mais lucrativo, especialmente para os jovens, é sempre enfatizado que o crime não compensa (leia-se: porque conduz ao encarceramento). Portanto, para fugir ao encarceramento, melhor que se fique de bom grado encarcerado na escola. Em um contexto capitalista, tal paradoxo não deve ser sequer tematizado, para o bem da sociedade e da juventude.

Atentos ao caráter pernicioso dessa ideologia esquizofrênica, mesmo jovens que não se dedicam a nenhuma atividade fora da lei, que frequentam a escola como exigem as políticas públicas, põem em xeque o sistema dominante que diz ser a escola uma tábua de salvação. Para muitos dos jovens moradores de cidades do Distrito Federal com quem fizemos pesquisa na primeira metade dos anos 2010, não lhes interessa capitular diante de um mundo que lhes é, e sempre será, hostil a partir de sua análise do que vivem e do que experimentaram as gerações de seus pais e avós. Não raro, cantavam em tom de zombaria, durante nossas oficinas, músicas como o *funk* do MC Guimê que faz um elogio àqueles que se divertem de maneira perdulária, contando “os plaquê de 100” (AMARAL, 2011). Em tais ocasiões, elogiavam aqueles que têm as mãos cheias de notas de cem reais, mesmo que conscientes do caráter não raro ilícito das atividades de quem dispunha de tanto dinheiro para garantir uma “vida loka”. O efetivo envolvimento com o tráfico de drogas ou outras atividades criminosas, ou apenas a admiração estética pela ostentação e pelo que de forma derogatória se chama de consumo conspícuo, catapultam esses jovens a uma posição transgressora das regras do jogo supracitadas, ou seja, da aposta na escola como tempo e espaço de conquistas que lhes garantirão um futuro melhor. Para eles, é inegável que o crime como atividade laboral não é

somente rentável de certo ponto de vista econômico, como também valorizado em termos de sua política que, por meios alegóricos, não apenas tematiza, mas desafia os termos em que a desigualdade está posta em suas vidas.

A subversão da narrativa mostra a que se dedicam se dá pelo esclarecimento performático da esquizofrenia que lhes é imposta pela ideologia subjacente aos projetos estatais de captura da juventude: se se esquivar do tráfico ou do trabalho infantil ou escravo é uma questão de escolha individual, rechaçar o projeto da escola redentora também seria um sinal inequívoco de livre-arbítrio. Caso contrário, o *quadro mais amplo*, ou seja, os constrangimentos ditos estruturais deveriam valer para quaisquer dos rumos. E ambos seriam igualmente inescapáveis.

Subversão metodológica

Reflexões dessa natureza foram uma constante entre os jovens com quem fizemos pesquisa, e com elas aprendemos a tocar nessas questões. Como mencionado anteriormente, a partir das demandas do projeto de pesquisa e extensão *Um Toque de Mídias*, alguns “produtos” foram elaborados. Dentre esses, roteiros que, em alguns casos, tornaram-se pequenos filmes. As oficinas para produção audiovisual foram ministradas com dois objetivos centrais: (i) aproximar as escolas de Ensino Médio da Universidade de Brasília e sua área de humanidades e (ii) criar narrativas sobre a história local de várias cidades do Distrito Federal que passam ao largo dos relatos históricos dominantes sobre o projeto modernista de fundação da capital federal. Relatos esses, diga-se de passagem, que povoam boa parte do material didático utilizado pelas mais diversas disciplinas. Especialmente em relação ao último propósito, interessava-nos a experiência de jovens que nasceram em cidades como Ceilândia, Samambaia ou Santa Maria, cujas experiências não remetiam necessariamente à migração e à luta por moradia que marcaram a vida das gerações mais velhas.

As narrativas oficiais resumem a criação das cidades do DF muito frequentemente como resultante da remoção de invasões e do reassentamento de alguns dos despejados. Ceilândia, por exemplo, demarcada e ocupada a partir do início dos anos 1970, traz em seu próprio nome o acrônimo da Campanha de Erradicação de Invasões que lhe deu origem. Cidades como Samambaia e Santa Maria foram, por sua vez, criadas oficialmente no início dos anos 1990, dentro do mesmo espírito e com os mesmos propósitos. Esta dinâmica de esquadrinhamento e segregação territorial ocorreu a partir da especulação imobiliária e da extração do que chamei anteriormente de *mais-valia política* de quem se empenhava em demonstrar diligentemente seu *Tempo de Brasília*, ou seja, seu mérito para ser contemplado com um lugar para morar (BORGES, 2006).

Mesmo que brevemente, é preciso que lembremos que o Distrito Federal teve suas primeiras eleições diretas em 1990, fato que em si desperta dúvidas sobre o clientelismo eleitoral como explicação inequívoca para os fenômenos da grilagem e da distribuição pública de lotes no Distrito Federal. Se levarmos em conta que desde sua criação Brasília viveu quase que ininterruptamente sob as brumas da

ditadura, talvez possamos cogitar outras associações plausíveis para que políticas de segregação espacial tenham grassado com tanto vigor na capital do País. O terror poderia ser uma delas.

Menos que apontar para um encadeamento entre essas sequências de eventos (a segregação espacial e o encarceramento dos jovens), quero aqui apenas ressaltar o que considero serem seus efeitos sobre a vida dos estudantes de Ensino Médio com quem fizemos pesquisa. Algumas obras ficcionais que os estudantes criaram trazem justamente à tona o entendimento da juventude sobre quem são, sua história e seu horizonte por meio do tratamento hiperbólico deste tema que os acompanha: o terror.

Estudos de disciplinas variadas apontam que em escolas de Ensino Médio onde a leitura de romances é feita, parte não desprezível dos livros gira atualmente em torno de enredos marcados pelo terror e pelo mistério, em que o convívio com zumbis, vampiros, mutantes, alienígenas e feiticeiros são uma constante (SILVA, [s.d.]). Para os objetivos do presente texto, a constatação dessa tendência deve ser levada em consideração, tendo em vista a predileção por essa forma narrativa por parte dos estudantes que fizeram parte do projeto *Um Toque de Mídias*. Essa forma privilegiada em três dos roteiros produzidos por esses jovens aborda suas inquietações sobre a impotência em terrenos pelos quais circulam cotidianamente, como o da religiosidade, da sexualidade, do racismo e da segregação espacial.

Terror na Escola

No auditório vazio de uma escola pública de Ensino Médio em Ceilândia, meia dúzia de jovens se reúne no palco em torno de uma mandala desenhada com giz no chão. Acendem velas e começam a ler uma obra esotérica: o livro de São Cipriano. Uma das estudantes faz troça dos demais, fingindo um transe. Os colegas a repreendem, mas com a brincadeira relaxam um pouco de sua tensão. Fica evidente que eles estão envolvidos em algo não apenas esotérico, mas demoníaco. Ato contínuo, a luz do espaço se apaga. Alguém da roda some. Em desespero, os que ficaram correm pela escola vazia, em busca da pessoa desaparecida. A cada porta que se abre, uma câmara/narrador mostra um a um os estudantes que participavam do ritual macabro: mortos, banhados em sangue.

O filme *Terror na Escola* não cumpriu totalmente com o que o roteiro acima previa, acabando por misturar algumas das cenas de ficção que se logrou filmar com entrevistas com os membros do projeto acerca dos problemas de várias ordens que impediram a finalização do curta-metragem como almejado no início dos trabalhos. Em meio às entrevistas, duas estudantes adeptas de um visual iconoclasta em seu cotidiano cantam uma música *gospel* no pátio da escola, em uma tarde qualquer. A canção, sua mensagem religiosa e seu som diáfano contrastam com os corpos das estudantes, uma com a cabeça raspada, outra com cabelos descoloridos; a música se choca com suas roupas de *skatistas* e, especialmente, com o cenário frio e empoeirado do pátio concretado de sua escola.

Não tratarei aqui do processo criativo de construção do filme, citado

brevemente na introdução acima. Procurarei apenas cogitar uma possível leitura da ficção empreendida pelos alunos. Ainda que muitos caminhos interpretativos se abram a partir do cotidiano desta escola, considerada problemática pela Secretaria de Educação e mesmo por seus funcionários – marcada pela presença policial supostamente voltada ao combate ao tráfico de drogas e permeada por rumores de assédio sexual e estupro –, me restringirei a ressaltar como na ficção a curiosidade por conhecimentos esotéricos e pela magia é punida com a eliminação física dos hereges, dos que se envolvem inadvertidamente com o oculto. A despeito de o filme não ter sido concluído como mandava o roteiro, na hora de sua montagem a cena do canto *gospel* vem ressaltar a subversão do que poderia ter sido a ficção da leitura esotérica de São Cipriano. Para aquelas duas estudantes, o livro esotérico ou a canção *gospel* servem para os propósitos de falar de forma disruptiva, não referencial, do terror na escola, do *bullying* que sofrem em virtude de seus corpos e suas sexualidades. Ao eleger a cena das estudantes cantando à capela, o que se produz é uma intervenção no documentário sobre o cotidiano da escola, tanto ancorada no real (pois as estudantes podem ou não ser adeptas de religiões pentecostais) como na ficção (dada sua evidente desconexão com o mote central do roteiro).

Nas escolas públicas do Distrito Federal, não apenas nas aulas de ensino religioso, mas em outras que pude acompanhar nos dias em que fui à escola e em que não aconteciam oficinas, como nas de sociologia, por exemplo, algumas professoras tratam de temas como diversidade e intolerância religiosa. Os debates que se dão entre as alunas são acalorados e não raras vezes descambam em ofensas verbais e até em agressão física. Menciono a esse respeito a engenhosa saída que uma professora, participante do projeto, conferiu para um desses embates, circulando uma urna em sala de aula para que as estudantes depositassem anonimamente sua opinião sobre o debate em curso naquele dia. Sem se identificar, a maioria afirmou categoricamente que a homossexualidade não somente não era normal, como era pecado.

Essas polêmicas de cunho religioso, vividas de forma aguerrida por um ou pelo outro lado do “cabo de guerra”, verificam-se não somente no cotidiano escolar, mas em fóruns diversos e distantes, que afetam diretamente a dinâmica desses espaços onde os jovens vivem boa parte de seus cotidianos: as salas de aula. Recentemente, a “Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.439, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR)... que questiona o ensino religioso confessional... e defende que o ensino religioso deve ser ministrado de forma laica, sob um contexto histórico e abordando a perspectiva das várias religiões”², tem suscitado discussões sobre o tema do livre-arbítrio e da ingerência estatal que expõem ainda mais a esquizofrenia acima mencionada. Entre os defensores de uma ou de outra posição, o que fica nítido é o esfacelamento a que são submetidas crianças e jovens que frequentam escolas públicas. No roteiro de *O Terror na Escola* evidenciam-se as múltiplas orientações que esses jovens gostariam de ter em suas vidas, sem que para isso fossem estigmatizados como desajustados e,

2 Conforme extraído do *site* do Superior Tribunal Federal, disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=293563>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

consequentemente, exterminados por quaisquer das posições fundamentalistas defendidas supostamente em seu nome e do seu futuro (TAMBIAH, 1996). Creio que no seu entendimento, depreendido das inúmeras conversas que tivemos – estudantes e professores, das escolas e da universidade –, suas múltiplas orientações são rechaçadas não por serem contraditórias, mas por serem incongruentes – como o demonstram quando leem o livro de São Cipriano e cantam uma música *gospel*. Suas múltiplas orientações não são aceitas porque funcionam como esquivas “atuadas” à polarização agência *versus* estrutura, como demonstrações vividas de uma “tecnologia de pertencimento” combativamente avessa aos limites hegemonicamente aceitos como plausíveis para o que se deveria ser no mundo (STENGERS, 2005, p. 191). Em outras palavras, porque subvertem e entorpecem a captura política e analítica que se abate sobre a juventude, reduzindo-a a dois caminhos permitidos: ou a aposta no livre-arbítrio e sua capacidade de seguir adiante, ou o reconhecimento do constrangimento estrutural que, não importa o que façam, jamais permitirá aos jovens um caminho diverso do prescrito.

Três Meninas

Na cidade de Samambaia, três adolescentes vagam em meio às árvores. Elas apreciam uma tarde no Parque Três Meninas. A exuberância da natureza ao redor é objeto de seus comentários. Ainda assim, certo incômodo as persegue: elas não deveriam estar gazeando aula. Enquanto tira a blusa da escola, uma delas escuta um ruído estranho. As outras duas tentam demovê-la da paranoia: nada lhes vai acontecer. Duas pernas, envoltas em farrapos, avançam em passos rápidos na direção das meninas. Elas correm exasperadas, aos gritos, e entram em uma das três casinhas de boneca que foram construídas quando o local era uma fazenda e nelas brincavam as três filhas do proprietário. Ato contínuo, as três esticadas sobre bancadas, uma ao lado da outra, olhos esbugalhados, mortas, ensanguentadas. Corta. Na escola, em sala de aula, um professor fala sobre a história local da cidade e sobre ambientalismo, mencionando o Parque Três Meninas. A sirene toca. No fim da aula, duas alunas cochicham sobre a lenda do assassinato de três adolescentes que lá teria acontecido. Ao deixarem a sala, o homem que vimos esqueteando as três estudantes observa as duas garotas de rabo de olho, enquanto elas se afastam pelo corredor da escola.

Este filme, diferentemente do anterior, não expôs as condições de sua produção. A despeito de suas limitações técnicas, restringiu-se ao roteiro acima, baseado na ideia original de um dos estudantes da escola.

Mais uma vez, sem pretender esgotar as possibilidades de leitura desta ficção, restrinjo-me a um aspecto relacionado ao terror vivido pela juventude e, muito especialmente, pelas mulheres jovens. As três alunas matam aula e decidem embrenhar-se pelo lado selvagem, verde, não esquadrinhado da sua cidade. Em suma, saem do planejado. Aqui, como no caso acima, guardadas as peculiaridades, a punição pela transgressão não tarda a acontecer. O desfecho da tragédia replica-se na morte por vir das duas estudantes observadas pelo *serial killer* uniformizado como vigia. De maneira explícita, a segurança se mostra como seu avesso: o terror

guardado para aquelas que saiam dos limites do encarceramento, seja da escola, seja do perímetro urbano das cidades periféricas.

Vejo ser atualizado, outra vez, o embate entre a aposta na escolha individual e os constrangimentos estruturais. A mulher que decide escapar do espaço confinado será punida por ter apostado em seu livre-arbítrio. A mulher que escolhe ficar contida porque deveria em teoria estar a salvo por se adequar aos preceitos da instituição, não deixa de ser alvo de violência. Em última instância, não há escapatória. O que há é o terror.

Presenciamos e participamos, ao longo do projeto, de várias conversas sobre assuntos que poderíamos classificar, *grosso modo*, como sendo da ordem da sexualidade e do gênero (SEFFNER, 2011). Retomemos, por exemplo, a expressão de opinião pública mencionada acima, ao longo de uma aula de sociologia: quando convidados a apreciar a homossexualidade, os estudantes de maneira anônima advogaram em favor de sua patologização.

Como no caso anterior, a morte alegórica das três meninas remete a discussões que jovens de Ensino Médio têm nutrido há muito tempo e que agora alcançam repercussão midiática em razão da recente exclusão da chamada *ideologia de gênero* (isto é, conteúdos que abordem identidade de gênero, diversidade e orientação sexual, por exemplo) do plano estadual de educação do Distrito Federal. A guinada em favor do silenciamento não somente banirá os temas tidos como polêmicos, como tornará impossível o exercício da criatividade de professoras como a que me referi anteriormente que, ao produzir o anonimato, garantiu que vozes dissonantes, embora não dominantes no seu recorte estatístico, ainda assim pudessem ser pronunciadas.

No filme de terror produzido nesta escola de Samambaia, explicita-se de maneira pungente: (i) a consciência do destino inelutável a que estão fadadas aquelas que se aventurarem fora dos espaços segregados e (ii) a fatal imobilidade como saída mórbida para os que não se arrisquem a ou não ousarem desafiar o confinamento.

Salomé

No primeiro encontro que tivemos em Santa Maria, enquanto discutíamos uma abordagem narrativa que desse conta da história da cidade, emergiu uma anedota sinistra. Na minha tese, eu havia escrito sobre as contínuas mudanças nos critérios que o governo utilizava para ranquear ou hierarquizar as pessoas que demandavam um lote para a construção de um barraco. Em certo mandato, famílias que tivessem parentes com deficiências passaram a ser consideradas mais necessitadas. Para corrigir a fórmula a partir do novo critério, às famílias com deficientes eram dados pontos a mais. Essa mudança nas regras da política habitacional, na memória de alguns, relacionava-se a um deputado distrital, ele mesmo cadeirante e defensor dos direitos dos deficientes. O deputado, não por coincidência, tinha sua principal base eleitoral na cidade de Santa Maria. Como a mudança no cálculo aconteceu enquanto a cidade se erguia, muitas pessoas que foram assentadas na cidade tinham em sua família algum parente com deficiência.

Ao menos esse era o mito.

Na oficina que realizamos com estudantes e professores, construiu-se um consenso acerca do alto número de estudantes surdos nas escolas da região. Outro rumor emergiu. Dizia-se, à boca pequena, que os pais haviam despejado água fervente ou óleo quente nos ouvidos de suas crianças pequenas, para alcançar mais facilmente o lote de que tanto necessitavam. Algumas pessoas na oficina ficaram chocadas. Outras, incrédulas. Outras riam muito. Só podia ser uma piada. De todo modo, todos pareciam concordar que essa história daria um ótimo roteiro para contar a história da cidade: uma história de terror.

Lembro-me de ter compartilhado esta história com alguns colegas. Eu estava incrédula e aterrorizada. Não sabia como lidar com o projeto de um filme baseado em uma narrativa na qual os pais seriam culpados de ter ensurdecido seus filhos por causa de uma pressão do governo para beneficiar pessoas com deficiência... Iria eu permitir que a pesquisa propusesse um vídeo no qual os pais seriam assim representados? Confesso que fiquei sem saber o que fazer.

Depois de concluída a grande oficina, uma das alunas da escola, Salomé, chamou a atenção de todo mundo do projeto. Ela era guitarrista de uma banda de *rock*, gostava de quadrinhos e de escrever canções. Dizia-se feliz, mas advertia que nem sempre o tinha sido. Quando foi viver em Santa Maria, deparou-se com uma cidade onde não podia se mexer na sua cadeira de rodas. Ela tinha sido uma criança paraplégica. E, como se diz, desenganada pelos médicos. Sua condição tinha ajudado sua família a somar mais pontos e a conseguir o tão sonhado lote, onde, ao longo dos anos, ergueram sua casa.

Após quatro meses do início da pesquisa, começamos a discutir coletivamente os roteiros para os curtas-metragens. Ou seja, tínhamos de finalizar os produtos, considerando o que havia sido elaborado pelos sujeitos da pesquisa. Para minha surpresa, os estudantes de Santa Maria decidiram contar a história de Salomé como a de sua cidade. As rodas da cadeira, assim como as rodas de outros brinquedos como os *skates*, próprios aos espaços modernizados, não se moviam em Santa Maria quando essas crianças lá foram morar. Tiveram de esperar por anos a chegada do asfalto para brincar dessas coisas. Salomé, por um milagre que ninguém tentava explicar no roteiro, gradualmente voltou a mover suas pernas e braços. Aprendeu a tocar guitarra, a cantar, a andar. O filme terminaria com um *show* da banda de Salomé.

Este roteiro, ao contrário dos que abordei acima, jamais foi realizado. Nem tal e qual o roteiro (como o de Samambaia), nem com reflexões enxertadas sobre o espinhoso caminho para se levar adiante um projeto de pesquisa e extensão universitária em meio a ritmos e expectativas tão divergentes (como o de Ceilândia). Ainda assim, a guinada no mote do roteiro nos sugere algo extremamente significativo para pensar, mais uma vez, no terror experimentado pela juventude que mora em cidades segregadas. Por um lado, o rumor sobre a atrocidade supostamente cometida pelos pais com suas crianças nos coloca novamente diante de nossa velha encruzilhada: se as tivessem ensurdecido, seriam os pais *culpados* do feito? Deveriam ser penalizados pelo seu desespero em se adequar a regras criadas e modificadas arbitrária e continuamente pelos governos? Por outro lado, a recuperação da história

de Salomé não deixa de enfatizar a desigualdade como um elemento constituinte das definições de livre-arbítrio e escolha à disposição dos indivíduos. Quando era menina, presa à sua cadeira de rodas, Salomé experimentava em escala distinta a imobilidade a que são violentamente submetidas as pessoas confinadas nas periferias que circundam ilhas de regalias como o Plano Piloto. Privilegiando a sua história e não a de crianças que teriam sido ensurdecidas pelos seus pais, os jovens deslocam o foco dos lugares-comuns, sem abdicar de aludir ao terror. Ao invés de apostarem na narrativa mestra que reduz as pessoas que moram nas cidades ditas satélites a um rebanho sem vontade nas transações político-eleitoreiras, os jovens de Santa Maria optaram por escrever a história do ponto de vista de quem ganhou um cavalo de Troia, ou seja, um lote sem urbanização, pelo qual não podiam se sentir exatamente agraciados. Do terror hiperbólico, como o que povoa as páginas dos jornais sobre as cidades onde moram, preferiram afastar-se e dar ênfase ao terror invisibilizado pelas grandes narrativas, mas presente em cada fração do cotidiano. Optaram por falar da importância da imobilidade para a política que produz segregação. Salomé, seu corpo e sua cadeira de rodas – afundada na poeira ou atolada na lama, abandonada à própria sorte em um ponto qualquer, até que, por benevolência alheia, fosse carregada para o interior de um ônibus que leva horas, todos os dias, para alcançar o centro, ou seja, o Plano Piloto – tinham se transformado, mas não tinham sido esquecidos. O terror do que vivera continuava presente, como pudemos presenciar ao longo de nosso convívio, na vida de todos aqueles jovens.

Infelizmente, o filme sobre Salomé não foi realizado. Como o projeto precisou continuar, adentrando o ano letivo, esbarrou com a concorrência tanto de outros projetos que inundam as escolas, como de outras atividades prementes, próprias do ano letivo que chega ao final (PIRES, 2007; WENETZ, 2011). Não soubemos, nessa ocasião, tornar a frustração produtiva, explorando e produzindo algo sobre o que cremos ter contribuído para a não realização do filme. Acabou-se produzindo um videoclipe precário, em que os estudantes cantavam, num estúdio de música, uma letra que celebrava de forma quase ufanista a cidade de Santa Maria.

Conclusão

Os três roteiros acima resumidos, dois deles tornados filmes, têm a peculiaridade de trazer à tona o terror vivido por jovens de maneira espriada e intensa e, por sua localização imponderável nas frestas do cotidiano, desconsiderado, minimizado ou menosprezado. Não estou advogando aqui a generalização dessas experiências. A partir de um contato circunscrito com estudantes de Ensino Médio que frequentam escolas públicas do Distrito Federal, avento uma hipótese que não tem e não pretende ter lastro estatístico. Falo de outro ponto de partida, a saber, o da invisibilização como recurso metodológico que entra de contrabando em nossos experimentos científicos, assegurando de maneira ardilosa que possamos comparar tranquilamente os dados que temos às mãos, sem que precisemos pôr em xeque o próprio recurso à comparação. O esquecimento coletivo, no Brasil, das condições cotidianas de existência em nome dos ideários equalizantes da democracia sob a

estética e a ética do modernismo cria um cenário onde a ignorância das classes dominantes sobre a vida da maioria sustenta a ilusão de que existe igualdade e que, portanto, todos podem vir a competir em equilíbrio e, em decorrência lógica, ser punidos quando falharem. Basta que existam escolas para todos. Basta que as crianças já não necessitem trabalhar porque suas mães recebem a Bolsa Família (AHLERT, 2013). Basta que o Sistema Único de Saúde alcance a toda a gente. Esquecemos de suas vidas marcadas pela segregação e pelo terror (GODOY; SILVA, 2014) e da implicação dessas experiências para quem essas jovens são e ao que aspiram. O efeito dessa ignorância feita virtude na arena propriamente política também se faz presente no *voyeurismo* de classe que pode impregnar nossas posturas acadêmicas, voltadas para a produção do conhecimento científico, para a transformação dos nossos modos de entendimento e das instituições que nos abrigam, como a universidade – no caso do Brasil, da universidade pública.

O projeto *Um Toque de Mídias* foi levado a cabo com a intenção de entender o ponto de vista de quem nasceu e cresceu nas periferias de Brasília, e com isso dar conta de contribuir para diminuir, até sua extinção, o abismo que separa a universidade pública da escola também pública. Embora isso, no princípio, não nos fosse analiticamente consciente, o que precisaria ser posto em questão era a proeminência das posturas estabelecidas pelas gerações anteriores. No primeiro caso, da narrativa hegemônica sobre o projeto modernista de segregação urbana com fins desenvolvimentistas. No segundo, da versão aristocrática e racista da universidade como um templo destinado aos mesmos de sempre, isto é, aos poucos e bons considerados merecedores, porque perenes.

Ao lançar mão do terror como forma narrativa adequada a propalar as inquietações que têm em suas vidas, os jovens com quem fizemos pesquisa oferecem elementos para com eles aprendermos de maneira analítica (PEIRANO, 2001) a respeito da relação entre gerontocracia e referencialidade, ou seja, entre poderes estabelecidos pelas gerações que lhes antecederam sob a forma de controle. Suas propostas (dos jovens) iconoclastas, não literais, não lineares, não capturáveis, rechaçam os enquadramentos a que seus pais e professores foram submetidos e que insistem em reproduzir. Não por acaso, para os mais velhos, eles são uma dor de cabeça.

Para os que fazem pesquisa em ciências sociais, e em especial em antropologia, esses jovens deixam também uma lição bastante nítida em termos de desafios metodológicos: se suas vidas são perpassadas por tamanha complexidade, não será com abordagens bem comportadas que poderemos delas nos aproximar. O recurso ao terror se aproxima do terror por elas vivido. Para tratar de suas existências sem recorrer ao parâmetro de normalidade desenhado por aqueles que os oprimem e segregam, a alternativa seria o recurso à paranormalidade (no sentido de *junto* à normalidade, sem ser necessariamente a norma) – as narrativas ficcionais envoltas em mistério. Suas fantasias encharcadas em sangue cênico dizem mais do terror que os assola que os retratos realistas sobre os jovens da periferia, ora salvos pela tríade família-escola-Estado, ora perdidos para o crime, o tráfico, o mundo das drogas e, nesse último caso, tornados disponíveis para serem literalmente capturados pelo Estado. O terror em suas narrativas vem suprir de sentido um vácuo aberto

pela hipócrita ficção que coloca nas mãos da juventude o dever de se imolar, de se aniquilar diante de seus algozes – seja pelo caminho da adequação às estruturas, seja pelo assentimento à ilusão liberal do livre-arbítrio.

Referências

- AHLERT, Martina. A “precisão” e o “luxo”: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). **Política & Trabalho**, Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n. 38, p. 69-86, abr. 2013.
- AMARAL, Mônica do. O rap, o hip-hop e o funk: a “eróptica” da arte juvenil invade a cena das escolas públicas nas metrópoles brasileiras. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 593-620, 2011.
- BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília**. Etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- _____. O emprego na política e suas implicações teóricas para uma antropologia da política. **Anuário Antropológico 2005**, Rio de Janeiro, p. 91-125, 2006.
- _____. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, v. 29, p. 23-42, 2009.
- _____. Ser Embruxado: notas epistemológicas sobre razão e poder na antropologia. **Civitas**, Revista de Ciências Sociais, v. 12, p. 469-488, 2012.
- BORGES, Antonádia; KAEZER, Verônica. O Recanto dos Meninos. MILSTEIN, Diana et al. **Encuentros etnográficos con niños y adolescentes**. Entre tiempos y espacios compartidos. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2011.
- BORGES, Antonádia et al. Faça o que eu digo, mas não faça o comum: uma reflexão acerca da prática etnográfica voltada para a compreensão do itinerário do ensino de Sociologia dos bancos acadêmicos ao interior das escolas brasileiras. In: HANDEFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (org.). **Conhecimento Escolar e Ensino de Sociologia: instituições, práticas e percepções**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 295-307.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 171/1993 (PE 171)**. Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesesseis anos). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>>. Acesso em: 26/06/2015.
- GLOWCZEWSKI, Barbara. “We Have a Dreaming”: How to Translate Totemic Existential Territories Through Digital Tools. In: ORMOND-PARKER, Lyndon et al. (eds.). **Information technology and indigenous communities**. Canberra: AIATSIS Research Publications, p. 105-125. 2013.
- GODOY, Marisa Elizabete Cassaro; SILVA, Regina Coeli Machado e. “Lá embaixo”: percepções da criança de uma escola pública sobre o cotidiano do bairro onde vivem, do lado brasileiro da fronteira. **Línguas & Letras**, Programa de Pós-Graduação em Letras, Paraná, v. 15, n. 28, p. 1-16, 2014.
- SILVA, Regina Coeli Machado e. Do Ipê Roxo na Cidade Nova: experiência etnográfica e aprendizagem situada. [s.d.]. [mimeo].
- STENGERS, Isabelle. Introductory notes on an ecology of practices. **Cultural Studies Review**, v. 11, n. 1, p. 183-196, mar. 2005.
- MILSTEIN, Diana. Conversaciones y percepciones de niños y niñas en las narrativas antropológicas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 33-40, 2008.

- _____. Y los niños, ¿por qué no?: algunas reflexiones sobre un trabajo de campo con niños. *Avá*, Posadas, n. 9, p. 49-59, ago. 2006.
- PEIRANO, Mariza. A análise antropológica de rituais. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O Dito e o feito**. Ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 17-40.
- PIRES, Flavia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 225-270, 2007.
- SANTILLÁN, Laura. **Quiénes educan a los chicos?** Infancia, trayectorias educativas y desigualdad. Buenos Aires: Biblos, 2012.
- SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 561-572, 2011.
- SZULC, Andrea; COHN, Clarice. Anthropology and Childhood in South America: Perspectives from Brazil and Argentina. **AnthropoChildren**, n. 1, p. 1-17, jan. 2012.
- STRATHERN, Marilyn. Out of Context: The Persuasive Fictions of Anthropology. **Current Anthropology**, v. 28, n. 3, p. 251-270, jun. 1987.
- TAMBIAH, Stanley. Relations of analogy and identity. Toward multiple orientations to the world. In: OOLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (eds.). **Modes of Thought**. Explorations in Culture and Cognition. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- TOREN, Christina. A matéria da imaginação: o que podemos aprender com as ideias das crianças fijianas sobre suas vidas como adultos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 19-48, jul./dez. 2010.
- VALENTIM, Daniela Frida Drelich. Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico. 2012. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.
- WENETZ, Ileana. Das escolhas que fiz: implicações etnográficas na pesquisa com crianças. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 133-149, maio/ago. 2011.
- WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

Recebido em 29/06/2015

Aceito em 19/10/2015